



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
Comissão de Turismo e Desporto

REQUERIMENTO Nº 249/2010
(da Deputada Professora Raquel Teixeira)

Requer a realização de audiência pública para debater a política governamental de combate à exploração sexual infantil e ao turismo sexual, e para discutir medidas preventivas destinadas a combater essas práticas durante a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater a política governamental de combate à exploração sexual infantil e ao turismo sexual, e para discutir medidas preventivas destinadas a combater essas práticas durante a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, com a participação das seguintes autoridades e especialistas:

- Elizabeth Parronchi Bahia, Coordenadora Geral do Programa Sustentável e Infância do Ministério do Turismo;
- Leila Paiva, Diretora Nacional do Programa de Assistência à Criança e Adolescentes Vítimas de Tráfico para Fins de Exploração Sexual Infantil;
- Tatiana Amaral Silva, mestra em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz;
- Iara Brasileiro, Coordenadora do Núcleo de Turismo Sustentável do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília; e
- Fabiana Gorenstein, Representante no Brasil da Organização Save the Children.

Justificativa

Independentemente do debate que se trava no campo legal-jurídico a respeito do lastimável fenômeno do turismo sexual, que redundará na exploração de crianças e adolescentes, o fato concreto é que o Brasil é um destino de expressivo segmento de turistas internacionais que buscam as



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
Comissão de Turismo e Desporto

capitais litorâneas, principalmente as da Região Nordeste, para consumir esse produto.

Para combater esse grave problema, é necessário, sem sombra de dúvida, focalizar o tema desenvolvimento turístico sustentável, com o objetivo de adotar ações planejadas que levem em consideração a distribuição equitativa de benefícios, a promoção de melhorias na qualidade de vida da comunidade, a observância da ética e a participação de todos os setores envolvidos, a satisfação do turista e a educação dos consumidores do mercado de viagens e lazer para a conservação dos ambientes e o respeito à cultura local.

Entre 1995 e o momento presente, inúmeras ações foram realizadas para combater o turismo sexual no Brasil e, também, para prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes, em virtude de ao longo do processo brasileiro de desenvolvimento do turismo terem ocorrido vários problemas que alimentara a prática do turismo sexual, por intermédio da utilização de ações de comunicação inadequadas de divulgação da mulher como produto. É indiscutível que o turismo sexual redunde em consequências várias e nefastas, destacando-se, dentre elas, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de mulheres, atividade que gera uma malha de interesses envolvendo taxistas, proprietários de barracas de praia, bares e pousadas, dentre outros atores sociais.

Ao longo dos próximos anos, o Brasil será destino de megaeventos esportivos, como a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo FIFA de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Estima-se que apenas durante a realização da Copa de 2014 o Brasil receberá um fluxo a maior estimado em 600.000 turistas internacionais. É evidente que a rede de exploração sexual estará de prontidão para auferir vantagens durante a realização desses megaeventos, valendo-se, como é costume, de mulheres, crianças e adolescentes provenientes de segmentos de baixa renda da população do interior do país.

Para enfrentar tal problema, é necessário adotar políticas públicas voltadas para essa questão, mobilizando a sociedade para o combate a tal prática. Com tal objetivo, submeto à avaliação dos Nobres Pares a presente proposta de audiência pública, a fim de que esta Casa mobilize-se, desde já, para o enfrentamento deste problema, como forma de prevenir a exploração de mulheres, crianças e adolescentes.

Sala da Comissão, novembro de 2010.

Deputada Professora Raquel Teixeira
Presidente da Comissão de Desporto e Turismo